

OLIVEIRA, Tadeu, CAVALCANTI, Leonardo e COSTA, Luiz Fernando (2020). “O acesso dos imigrantes ao ensino regular”. PÉRIPLoS, Revista de Pesquisa sobre Migrações. Volume 4 - Número 2, pp. 200-234.

Artigo recebido em 21 de outubro de 2020 e aceito em 19 de novembro de 2020.

O acesso dos imigrantes ao ensino regular

El acceso de los inmigrantes en la educación regular

Antônio Tadeu R. Oliveira¹

Leonardo Cavalcanti²

Luiz Fernando L. Costa³

RESUMO

Com este capítulo, o OBMigra inaugura uma nova linha de investigação voltada ao acesso aos serviços públicos por parte da população imigrante. Não obstante os avanços trazidos pela nova Lei de Migração - Lei 13.445, de 2017, sobretudo na acolhida dos fluxos migratórios, o acesso pleno desses coletivos aos serviços de educação, saúde e assistência social ainda não está completamente assegurado, o que impõe a necessidade de estudos que permitam apreender essa dimensão da inserção dos imigrantes à sociedade brasileira. Assim, o presente capítulo irá apresentar um estudo exploratório sobre o acesso aos mais diferentes níveis de instrução, utilizando como fonte de dados os Censos Escolar, do Nível Superior e do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, conduzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Essa primeira abordagem, possibilitou alcançar achados interessantes, entre esses o acesso de imigrantes que chegaram ao país na corrente migratória denominada novos fluxos.

Palavras-chave: Acesso à educação. Novos fluxos migratórios. Migração internacional. Brasil.

1 Doutor em Demografia, Coordenador Estatístico do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Email: tadeu.obmigra@gmail.com

2 Professor da Universidade de Brasília e coordenador científico do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Email: leo.cavalcanti.s@gmail.com

3 Pesquisador do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). email: luizfernando_lc@hotmail.com.

RESUMEN

En este capítulo, el OBMigra inaugura una nueva línea de investigación direccionada al acceso a los servicios públicos por parte de la población inmigrante. No obstante, los avances en la nueva Ley de Migración - Ley 13.445, de 2017, sobre todo en la acogida de los flujos migratorios, el pleno acceso de esos colectivos a los servicios de educación, salud e asistencia social aún no está completamente garantizado, lo que impone la necesidad de estudios que permitan comprender esa dimensión en la inserción de los inmigrantes a la sociedad brasileña. Así, el presente capítulo presentará un estudio exploratorio sobre el acceso a los más distintos niveles de instrucción, a partir de los datos de los Censos de Enseñanza Primaria, Secundaria y Educación Superior, además del Examen Nacional de Enseñanza Secundaria - ENEM, conducidos por el Instituto Nacional de Estudios e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. El enfoque permitió alcanzar logros interesantes, entre esos el acceso de los inmigrantes que llegaron al Brasil en la corriente migratoria llamada nuevos flujos.

Palabras clave: Acceso a la educación. Nuevos flujos migratorios. Migración internacional. Brasil.

INTRODUÇÃO

O Brasil, nas últimas duas décadas, passou a receber fluxos migratórios mais diversificados, destacando-se a intensificação das origens em países vizinhos, sobretudo após a vigência do Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e países associados (Brasil, 2009), bem como correntes migratórias com volumes significativos oriundas de países localizados no hemisfério sul, em especial, africanos e asiáticos. Na década de 2010, por fatores diversos, o país recebeu migração expressiva de países como Haiti e Venezuela, como demonstram os relatórios produzidos pelo OBMigra (OBMigra, 2020).

Esses indivíduos acionaram estratégias diversas na busca por regularização, desde pedidos de residência à solicitação de refúgio. O processo de flexibilização na regulação migratória, anterior à edição da nova lei (Lei 13.445/2017), como abordado por Oliveira (2020) neste número, favoreceu e possibilitou que os imigrantes e solicitantes de refúgio obtivessem a regularização. Após a promulgação da Lei de Migração, esses processos, em tese, deveriam ser ainda mais facilitados. Contudo, se o acolhimento, via regularização do *status* migratório, vem registrando avanços, o mesmo não se pode dizer sobre a plena inserção desses coletivos à sociedade brasileira, no que tange ao atendimento de dimensões como o trabalho formal, moradia digna, respeito às diferenças e acesso aos serviços públicos, como previsto no regramento jurídico (Brasil, 2017). São vários os relatos de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, como também das entidades da sociedade civil que prestam assistência a esses coletivos, no sentido de apontarem dificuldade em serem atendidos nas dimensões mencionadas (Teixeira, Oliveira, 2017).

A partir dessa motivação, o OBMigra inaugura uma nova linha de investigação voltada ao acesso aos serviços públicos por parte da população imigrante, iniciando pela análise da inserção desses indivíduos ao ensino regular. Essa primeira abordagem, de caráter exploratório e descritivo, utiliza como fontes de dados os Censos Escolar, de Nível Superior e do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, conduzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. O conceito de imigrante, aqui adotado, considerou aquelas pessoas com autorização de residência nas categorias permanente temporária e fronteira; refugiadas; e solicitantes de refúgio, não abarcando, portanto, as naturalizadas brasileiras. No que concerne à distribuição geográfica dos estudantes, a variável foi abordada a partir da localização do estabelecimento de ensino, de forma a padronizar o tratamento dado a todas as modalidades de ensino investigadas.

Além desta introdução, o capítulo está estruturado em três subcapítulos: Educação Básica, desagregada em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; Cursos Técnicos e Educação de Jovens e Adultos (EJA); e Ensino Superior e ENEM, fechando o capítulo com algumas considerações gerais sobre os principais achados.

EDUCAÇÃO BÁSICA

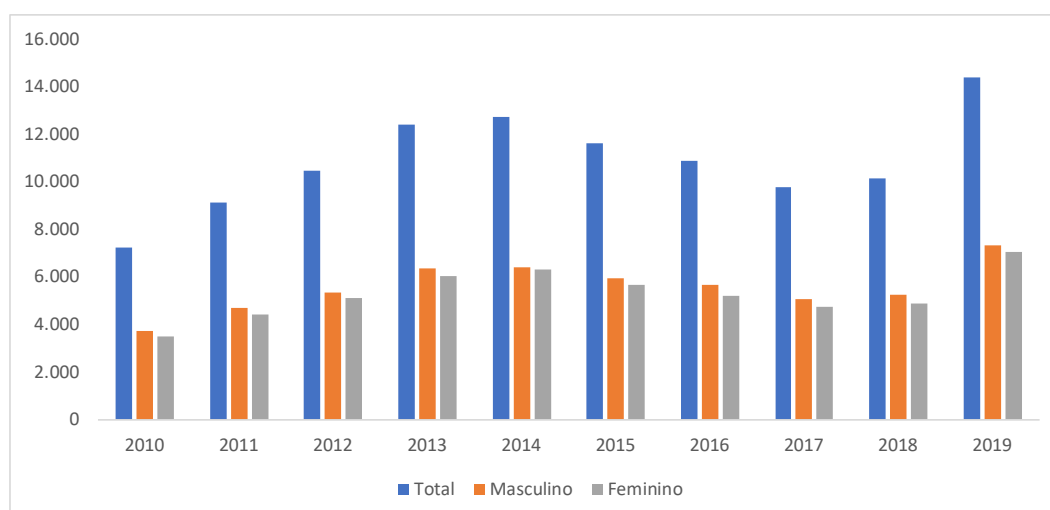
A Educação Básica no Brasil está estruturada em três grandes etapas: a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) estabelece que essa fase de ensino e aprendizagem é obrigatória a partir dos quatro anos de idade e a Base Nacional Comum Curricular aponta as diretrizes que deveriam nortear a transmissão de conteúdos essenciais e indispensáveis ao desenvolvimento de crianças e jovens, esses instrumentos conformam o escopo desse nível de ensino.

Educação Infantil

Essa etapa de ensino reúne dois relevantes aspectos: i) é o início da fase socialização das crianças, central para o desenvolvimento global desses alunos e ii) possibilita que os pais disponham de tempo para que possam exercer atividades laborais, o que é fundamental para a reprodução de trabalhadoras e trabalhadores imigrantes (Educamaisbrasil, 2019).

Na última década, o número de alunos imigrantes na educação infantil seguiu tendência crescente entre 2010 e 2014, declinou no período 2015 a 2016 e retomou ritmo de crescimento a partir de 2017, muito em decorrência do aumento nos fluxos imigratórios venezuelanos. Conforme demonstrado no Gráfico 1, ao todo, foram 108,8 mil matrículas nessa etapa de ensino. Na figura abaixo também é possível observar o equilíbrio entre o sexo dos estudantes, sendo o volume de meninos ligeiramente superior ao das meninas, com o indicador razão de sexo⁴ variando entre 1,02 e 1,09, o que é esperado nessa etapa do ciclo de vida.

Gráfico 1. Número de alunos e alunas imigrantes na Educação Infantil, por sexo, segundo ano - Brasil, 2010 a 2019.



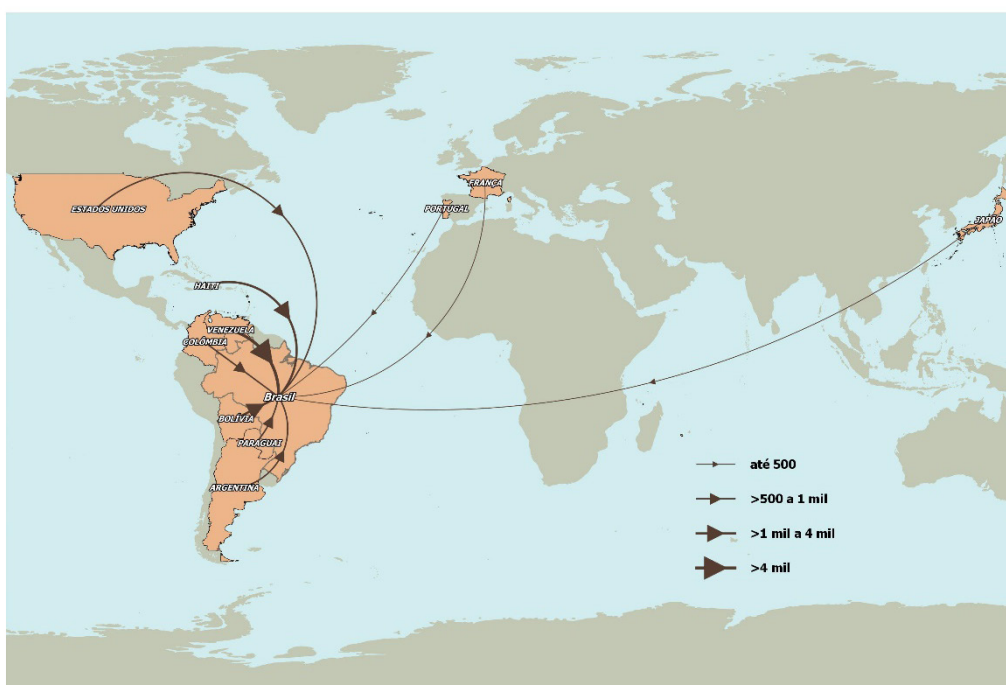
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2010 a 2019.

4 O indicador demográfico razão de sexo indica o número de pessoas do sexo masculino em relação àquelas do sexo feminino. Por exemplo, uma razão de sexo de 1,05 significa que temos 105 alunos meninos para cada cem meninas.

Entre os principais países de nacionalidade das crianças que frequentavam a educação infantil, se destacam aqueles localizados no Sul Global, reforçando a relevância dos novos fluxos migratórios nas correntes que se destinaram ao país nas últimas décadas. Das migrações tradicionais, inauguradas na segunda metade do século XIX, figuraram apenas portugueses, japoneses e, em menor medida, franceses, além de estadunidenses, cujo deslocamentos passaram a ter alguma importância no pós-II Guerra Mundial.

Crianças venezuelanas e haitianas, que até os anos 2000 quase não eram percebidas em território brasileiro, juntas responderam por 35,7% das matrículas em creches e pré-escolas no ano de 2019 (Mapa 1).

Mapa 1. Número de alunos imigrantes na Educação Infantil, segundo principais países de nacionalidade - Brasil, 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

A educação infantil foi concebida para receber crianças entre 0 e 5 anos de idade. Contudo, a necessidade se impõe e, dependendo da situação, são notadas crianças em faixas etárias acima da desejada, como é o caso das crianças imigrantes. A Tabela 1 apresenta a distribuição por idades dos alunos imigrantes, no ano de 2019, destacando-se os principais países, que responderam por mais de 75,0% dos estudantes.

Em média, 25,0% dessas crianças tinham cinco anos ou mais de idade, sendo que entre as crianças venezuelanas e haitianas esse percentual esteve ligeiramente superior a 30,0%. Com menor proporção de defasagem idade-série apareceram alunos estadunidenses (17,8%), bolivianos (18,5%) e franceses (19,5%). Os

números sugerem que esse desempenho na relação idade-série não foi determinado em função do estágio de desenvolvimento do país de nascimento das crianças, dado que entre vários dos países desenvolvidos a proporção de crianças com mais de 5 anos, cursando o ensino infantil, superou a marca de 25,0%.

Tabela 1. Número de alunos imigrantes na Educação Infantil, por idade, segundo principais países de nacionalidade - Brasil, 2019.

País	Idade em anos							
	Total	0	1	2	3	4	5	Mais de 5
VENEZUELA	4.067	0	33	152	358	769	1.500	1.255
BOLÍVIA	2.420	0	68	262	412	520	711	447
HAITI	1.065	1	9	30	104	186	384	351
ESTADOS UNIDOS	762	1	32	107	162	148	176	136
ARGENTINA	605	0	15	42	105	122	197	124
PARAGUAI	576	0	10	38	72	122	207	127
COLÔMBIA	530	0	2	24	74	133	167	130
JAPÃO	290	0	4	32	38	63	79	74
PORTUGAL	264	0	9	29	33	39	72	82
FRANÇA	257	0	6	16	48	56	81	50
OUTROS PAÍSES	3.547	1	79	277	558	793	1.013	826
Total	14.383	3	267	1.009	1.964	2.951	4.587	3.602

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

Em 2019, apenas 34,8% das crianças imigrantes matriculadas frequentavam creches e cerca de dois terços delas estavam na pré-escola. A exceção dos alunos estadunidenses, entre os quais 57,0% eram atendidos por creches, nos demais principais países a demanda maior foi para matrículas na pré-escola, sendo as maiores proporções observadas entre venezuelanos e haitianos, justamente as correntes migratórias mais expressivas recebidas pelo país na década (Tabela 2).

Tabela 2. Número de alunos imigrantes na Educação Infantil, por segmento de ensino, segundo principais países de nacionalidade - Brasil, 2019.

País	Segmento de ensino		
	Total	Creche	Pré-escola
VENEZUELA	4.067	939	3.128
BOLÍVIA	2.420	1.079	1.341
HAITI	1.065	270	795
ESTADOS UNIDOS	762	386	376
ARGENTINA	605	235	370
PARAGUAI	576	181	395
COLÔMBIA	530	190	340
JAPÃO	290	113	177
PORTUGAL	264	96	168
FRANÇA	257	106	151
OUTROS PAÍSES	3.547	1.415	2.132
Total	14.383	5.010	9.373

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

Quando a análise é realizada levando em consideração a dependência administrativa dos equipamentos da educação infantil, duas questões chamaram atenção. A primeira delas foi a baixíssima oferta de creches e pré-escola nas esferas federal e estadual, cerca de 0,5%, enquanto as municipalidades responderam por 62,5% e a iniciativa privada por 37,0%. A segunda delas é que a nacionalidade da criança passou a ser preponderante na escolha do equipamento.

Entre os principais países, as crianças nascidas nos Estados Unidos (76,8%), Japão (74,8%), França (67,3%) e Portugal (51,1%) frequentavam, na maioria dos casos, creches e pré-escolas privadas. Já para os nascidos no hemisfério sul a alternativa principal foram os equipamentos municipais, com destaque para os venezuelanos (91,3%) e haitianos (84,8%), como demonstrado abaixo na Tabela 3.

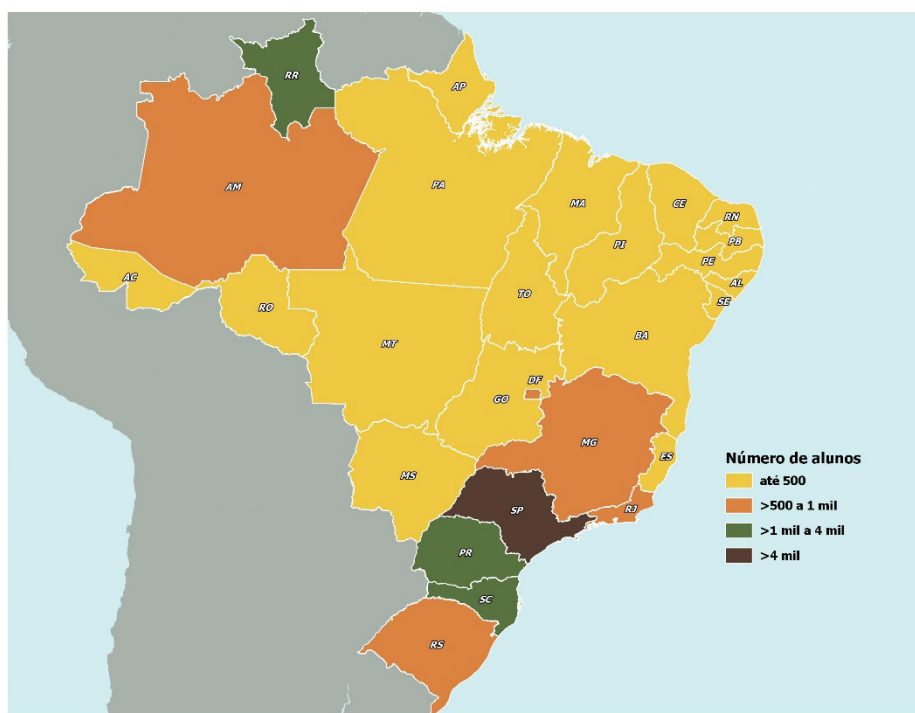
Tabela 3. Número de alunos imigrantes na Educação Infantil, por esfera administrativa, segundo principais países de nacionalidade - Brasil, 2019.

País	Esfera administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
VENEZUELA	4.067	0	20	3.713	334
BOLÍVIA	2.420	0	2	1.468	950
HAITI	1.065	0	4	903	158
ESTADOS UNIDOS	762	1	0	176	585
ARGENTINA	605	0	1	342	262
PARAGUAI	576	0	0	439	137
COLÔMBIA	530	3	7	329	191
JAPÃO	290	0	1	72	217
PORTUGAL	264	0	0	129	135
FRANÇA	257	0	0	84	173
OUTROS PAÍSES	3.547	2	36	1.333	2.176
Total	14.383	6	71	8.988	5.318

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

O Mapa 2 apresenta a distribuição espacial dos alunos imigrantes na educação infantil por localização dos equipamentos. É possível perceber que quatro Unidades da Federação, São Paulo, Roraima, Paraná e Santa Catarina, concentram boa parte dessas crianças (62,7%). Esse resultado guarda forte relação com os principais lugares de inserção laboral da força de trabalho imigrante e com o papel de destaque de Roraima enquanto local de destino/passagem da imigração venezuelana, sugerindo o peso importante que a migração familiar cumpre nos novos fluxos migratórios.

Mapa 2. Número de alunos imigrantes na Educação Infantil, segundo Unidade da Federação de localização do equipamento - Brasil, 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

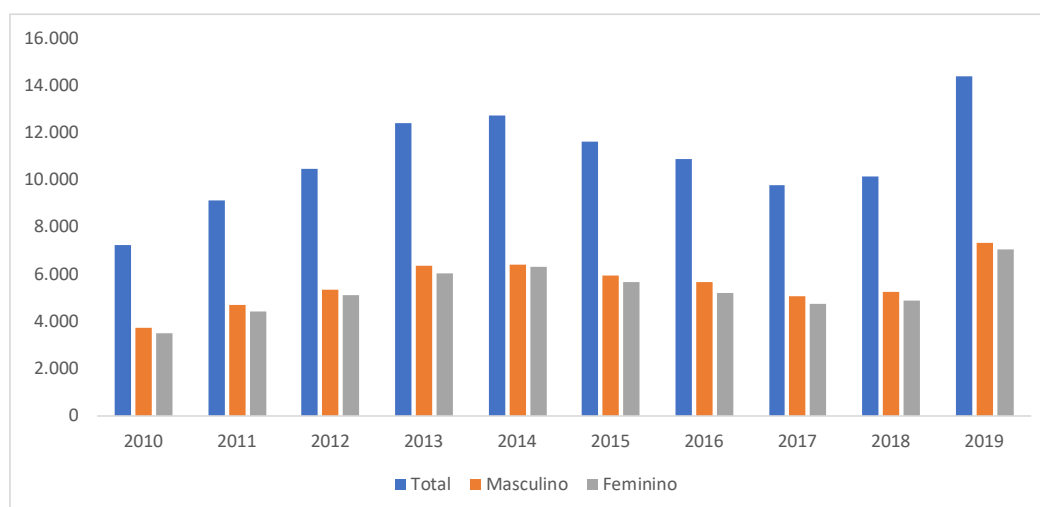
Ensino Fundamental

O ensino fundamental no Brasil deve ter duração de nove anos. Como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi instituída em 1996, até bem pouco tempo o país conviveu com dois ciclos temporais, de oito e nove anos. Contudo, os dados do Censo Escolar de 2019 reportaram que todos os estudantes já estão enquadrados na previsão estabelecida em lei.

Nessa etapa de ensino, o aluno deve ser preparado para dominar a leitura, a escrita e o cálculo, ademais de compreender o ambiente social em que se insere. O ensino fundamental se divide em duas fases: anos iniciais, do 1º ao 5º ano, voltados aos conceitos educacionais e ao início da alfabetização; e anos finais, do 6º ao 9º ano, momento no qual são apresentados os desafios mais complexos da aprendizagem, ampliados os repertórios de conhecimentos e conteúdos, além de trabalhados os aspectos de independência e responsabilidade (Educamaisbrasil, 2019).

Neste capítulo, o ensino fundamental será abordado em seu conjunto. A série histórica analisada sinaliza a tendência crescente no volume de matrículas de alunos imigrantes nessa etapa de ensino, revelando a ampliação na oferta de vagas, cujo resultado foi um aumento de 132,5 % na comparação entre os anos de 2010 e 2019. Como já havia sido observado na educação infantil, aqui também é notado a simetria entre os sexos dos estudantes (Gráfico 2).

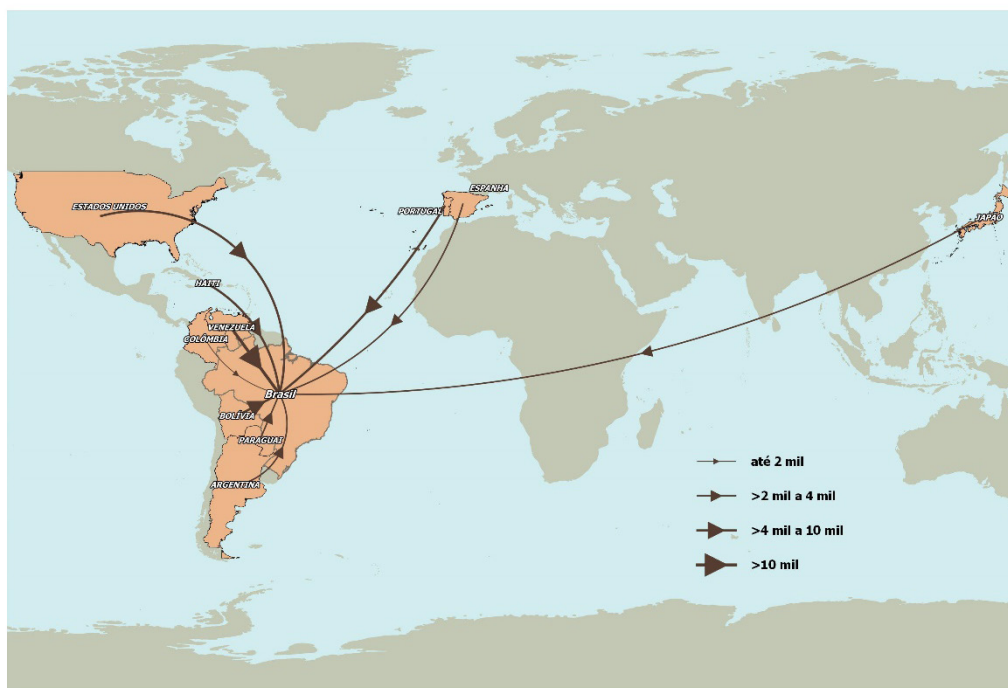
Gráfico 2. Número de alunos imigrantes no Ensino Fundamental, por sexo, segundo ano - Brasil, 2010 a 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2010 a 2019.

Também nessa etapa de ensino o predomínio foi de alunos oriundos de países localizados no hemisfério sul. Entre as dez principais nacionalidades apenas quatro eram do Norte Global. Venezuela e Haiti responderam por 31,1% dos estudantes matriculados no fundamental em 2019 (Mapa 3).

Mapa 3. Número de alunos imigrantes no Ensino Fundamental, segundo país de nacionalidade - Brasil, 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

A distribuição por idade dos alunos imigrantes no ensino fundamental sinaliza que apenas um resíduo deles ingressou antes de completar seis anos de idade (0,3%) e 9,2% tinham mais de 14 anos. Entre os dez principais países, destacaram-se em faixas etárias acima das previstas como regular para essa etapa de ensino paraguaios (13,6%), colombianos (12,3%), haitianos (10,8%) e japoneses (10,3%). Experimentando menor defasagem escolar estavam espanhóis (4,5%) e portugueses (6,6%), como demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4. Número de alunos imigrantes no Ensino Fundamental, por idade, segundo país de nacionalidade - Brasil, 2019.

País	Idade em anos											
	Total	Menos de 6	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Mais de 14
VENEZUELA	13.824	4	521	1.865	1.777	1.624	1.594	1.539	1.371	1.275	1.087	1167
BOLÍVIA	6.359	2	210	571	663	700	670	732	731	746	709	625
ESTADOS UNIDOS	5.170	0	63	225	320	449	585	742	829	805	684	468
HAITI	4.914	2	167	623	678	580	572	491	470	396	402	533
PORTUGAL	4.742	0	65	286	478	632	635	663	607	555	509	312
PARAGUAI	2.819	0	114	256	307	280	298	275	304	277	324	384
JAPÃO	2.768	0	31	118	150	213	267	425	476	403	400	285
ESPANHA	2.201	0	37	124	187	223	306	394	378	266	188	98
ARGENTINA	2.170	0	72	227	224	272	245	270	247	220	205	188
COLÔMBIA	1.790	0	75	175	182	190	193	205	174	205	170	221
OUTROS	13.420	8	439	1.300	1.438	1.490	1.548	1.568	1.593	1.491	1.269	1.276
Total	60.177	16	1.794	5.770	6.404	6.653	6.913	7.304	7.180	6.639	5.947	5.557

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

Em relação à esfera administrativa das escolas frequentadas pelos alunos imigrantes (Tabela 5), predominou as municipais (42,0%), que têm a principal responsabilidade na oferta dessa etapa do ensino, seguida das estaduais (33,9%) e privadas (24,1%). As escolas federais pouco contribuíram, abrigando apenas 0,1% dos estudantes. Mais uma vez, a escolha pelo tipo estabelecimento de ensino guardou forte relação com o lugar de nascimento do aluno. Entre os dez principais países, os estudantes oriundos do hemisfério norte optaram, em maior medida, pela rede privada - estadunidenses (49,9%), japoneses (39,1%) e espanhóis (36,5%), ficando a exceção entre as crianças portuguesas (26,5%), cuja a preferência se deu pelas escolas municipais (43,3%). Do Sul Global apenas os bolivianos destoaram, com a maioria dos alunos matriculada na rede estadual (56,3%), característica que deve ser mais investigada de modo a possibilitar melhor compreensão sobre essa motivação.

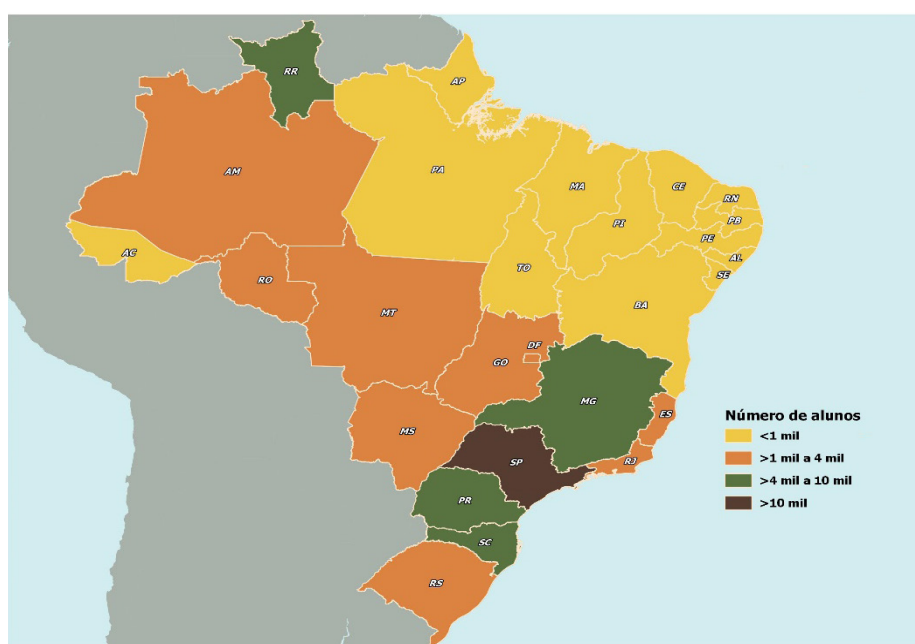
Tabela 5. Número de alunos imigrantes no Ensino Fundamental, por esfera administrativa, segundo país de nacionalidade - Brasil, 2019.

País	Esfera administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
VENEZUELA	13.824	1	4.941	8.484	398
BOLÍVIA	6.359	1	3.581	2.366	411
ESTADOS UNIDOS	5.170	3	1.349	1.238	2.580
HAITI	4.914	0	2.067	2.764	83
PORTUGAL	4.742	4	1.426	2.053	1.259
PARAGUAI	2.819	2	1.141	1.487	189
JAPÃO	2.768	0	939	748	1.081
ESPANHA	2.201	2	600	795	804
ARGENTINA	2.170	1	592	853	724
COLÔMBIA	1.790	3	576	749	462
OUTROS	13.420	20	3.179	3.712	6.509
Total	60.177	37	20.391	25.249	14.500

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

A distribuição espacial dos estudantes imigrantes no ensino fundamental reproduz, de um modo geral, o observado na educação infantil, reeditando os destinos dos principais locais de inserção laboral da força de trabalho migrante, com a concentração de alunos em São Paulo, Roraima, Paraná, cabendo destacar a presença do estado de Minas Gerais entre os quatro principais em alunos matriculados nessa etapa da educação, e Santa Catarina (Mapa 4).

Mapa 4. Número de alunos imigrantes no Ensino Fundamental, segundo Unidade da Federação onde estuda - Brasil, 2019.



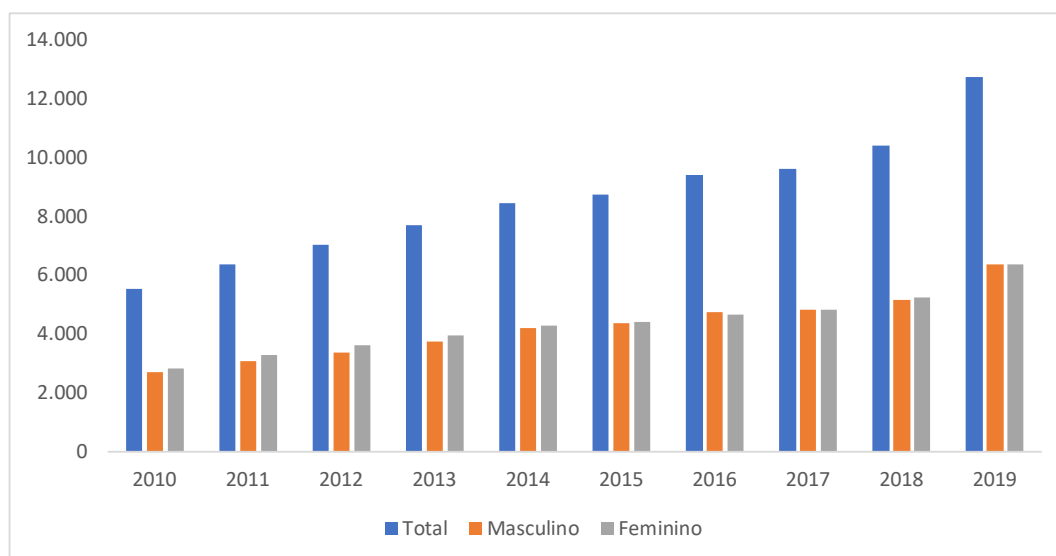
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

Ensino Médio

A etapa do ensino médio foi prevista para ser concluída em três anos. Durante esse período os estudantes devem ser preparados a desenvolver o autoconhecimento, autonomia intelectual e pensamento crítico (Educamaisbrasil, 2019). Em 2009, durante o governo Lula da Silva, foi promulgada a Lei 12.061, que assegurava a universalização do ensino gratuito a ser oferecido como prioridade a todos que o demandarem (BRASIL, 2009).

De 2010 a 2019, do mesmo modo que se havia observado no ensino fundamental, o volume de jovens imigrantes matriculados manteve trajetória contínua de crescimento, passando de 5,5 mil matrículas a 12,7 mil. Essa variação positiva de 130,4% igualmente veio na esteira dos novos fluxos migratórios. Mais uma vez, constatou-se o equilíbrio entre o número de meninos e meninas, sendo que no ensino médio o sexo feminino foi ligeiramente maior em boa parte dos anos analisados na série histórica (Gráfico 3).

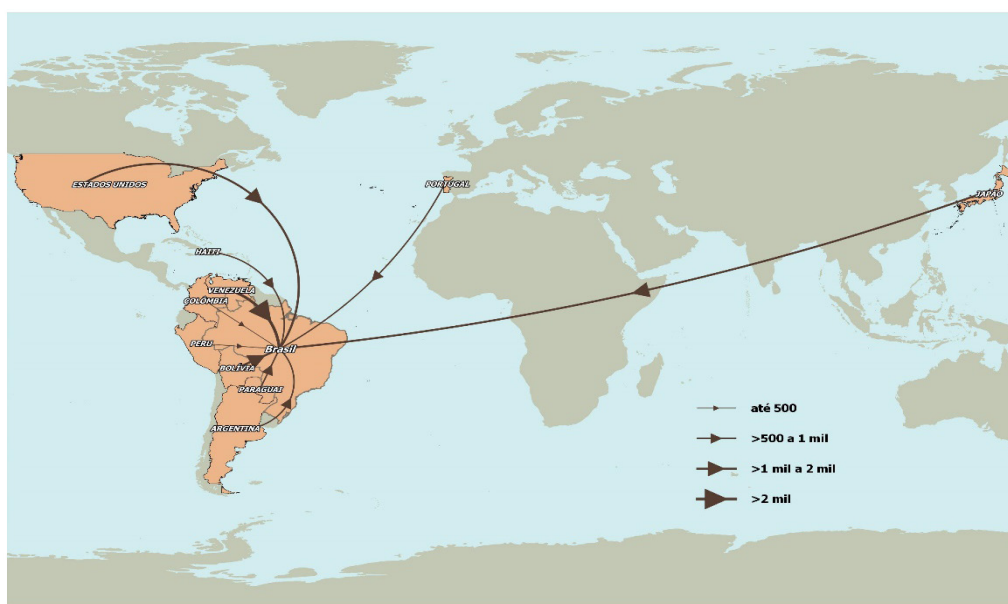
Gráfico 3. Número de alunos imigrantes no Ensino Médio, por sexo, segundo ano - Brasil, 2010 a 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2010 a 2019.

Diferentemente do observado nas etapas anteriores, no ensino médio, entre as dez principais nacionalidades destacadas, figuravam apenas estadunidenses, japoneses e portugueses como representantes dos países do Norte Global (Mapa 5). O importante a destacar aqui é que, ao contrário do que ocorreu na educação infantil e fundamental, essas três nacionalidades reunidas superaram a soma de venezuelanos e haitianos, o que sugere que boa parte dos jovens oriundos desses últimos países podem ter sido levados a trabalhar ou buscar trabalho ao invés de se dedicarem aos estudos, algo que deve ser mais bem pesquisado de modo a comprovar tal hipótese.

Mapa 5. Número de alunos imigrantes no Ensino Médio, segundo país de nacionalidade - Brasil, 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

Sem ocorrência de circunstâncias adversas, essa etapa de ensino deveria acolher estudantes de 15 a 17 anos de idade. No entanto, na Tabela 6 é possível observar que 27,6% dos alunos tinham 18 anos ou mais de idade. Entre os países destacados, os localizados no hemisfério norte apresentaram as menores proporções na defasagem entre série cursada e idade. Por outro lado, os jovens haitianos (61,0%) foram o que mais sofreram com essa defasagem, sinalizando que, entre os que podiam, muitos aproveitaram completar a educação básica no Brasil.

Tabela 6. Número de alunos imigrantes no Ensino Médio, por idade, segundo país de nacionalidade - Brasil, 2019.

País	Idade em anos							
	Total	Menos 14	14	15	16	17	18	Mais de 18
VENEZUELA	2.043	0	20	216	757	685	290	75
BOLÍVIA	1.619	0	4	182	496	583	250	104
ESTADOS UNIDOS	1.308	0	1	198	418	407	244	40
JAPÃO	1.024	0	0	149	286	356	178	55
HAITI	954	0	6	50	148	168	169	413
PORTUGAL	771	0	1	98	268	267	113	24
PARAGUAI	657	1	1	77	176	191	123	88
ARGENTINA	506	0	6	70	149	123	110	48
COLÔMBIA	312	0	4	36	89	83	70	30
PERU	292	0	2	53	87	85	43	22
OUTROS	3.247	2	10	374	902	975	670	314
Total	12.733	3	55	1.503	3.776	3.923	2.260	1.213

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

Novamente, a escolha pelo tipo de estabelecimento de ensino esteve determinada pelos países de nascimento dos alunos. Os dados da Tabela 7 apontam que 71,4% dos estudantes imigrantes frequentavam escolas estaduais, esfera administrativa que cumpre ofertar essa etapa de ensino, e 27,8% estavam em escolas privadas. As esferas federal e municipal tiveram participação residual. No entanto, estadunidenses (59,2%) e japoneses (35,8%) optaram por escolas particulares. Por outro lado, haitianos (98,4%), venezuelanos (96,0%) e bolivianos (92,5%) matricularam-se em peso na rede estadual.

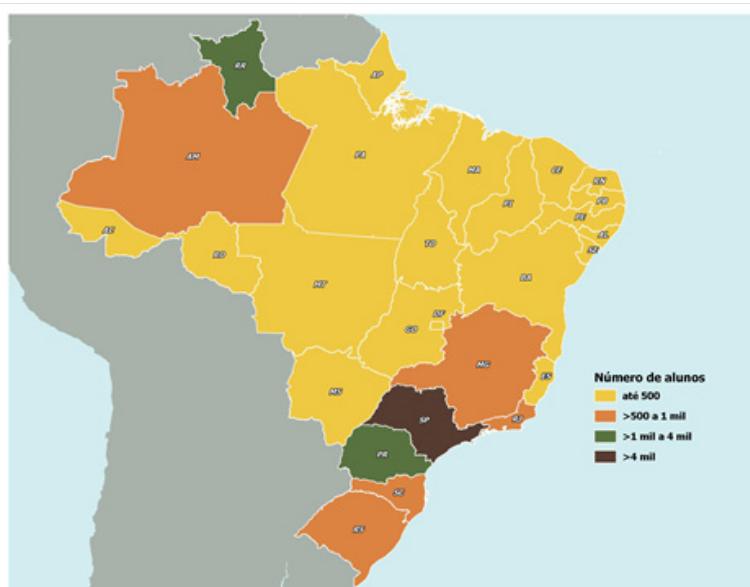
Tabela 7. Número de alunos imigrantes no Ensino Médio, por esfera administrativa, segundo país de nacionalidade - Brasil, 2019.

País	Esfera administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
VENEZUELA	2.043	0	1.961	2	80
BOLÍVIA	1.619	0	1.498	5	116
ESTADOS UNIDOS	1.308	5	526	3	774
JAPÃO	1.024	4	646	7	367
HAITI	954	0	939	7	8
PORTUGAL	771	2	549	3	217
PARAGUAI	657	3	587	4	63
ARGENTINA	506	4	317	10	175
COLÔMBIA	312	1	222	0	89
PERU	292	0	227	0	65
OUTROS	3.247	11	1.623	23	1.590
Total	12.733	30	9.095	64	3.544

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

Quanto à distribuição espacial dos estudantes imigrantes no ensino médio por lugar onde estudavam, repetiu-se o padrão observado anteriormente, com os alunos concentrados em São Paulo, Roraima, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina, que juntos reuniram 62,3% dos jovens matriculados (Mapa 6).

Mapa 6. Número de alunos imigrantes no Ensino Médio, segundo Unidade da Federação onde estuda - Brasil, 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ENSINO TÉCNICO

Educação de Jovens e Adultos

A modalidade Educação de Jovens e Adultos é um direito consagrado na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). De acordo com Di Pierro (2014), este tipo de curso é destinado a pessoas, a partir dos 15 anos ou mais de idade, que geralmente por questões socioeconômicas tiveram que interromper os estudos antes de concluir a Educação Básica ou não tiveram acesso a essa etapa da educação formal. Essa modalidade de ensino, ainda que tenha uma idade mínima de ingresso, não é caracterizada apenas pelo recorte etário, mas pelas diferentes formas de exclusão social. Por essa razão, esse nível de ensino deve ser planejado de forma flexível, tanto na oferta de horário noturno, quanto no currículo e na metodologia. Além disso, deverá ser observado o princípio de aceleração de estudos e certificação por meio de exames.

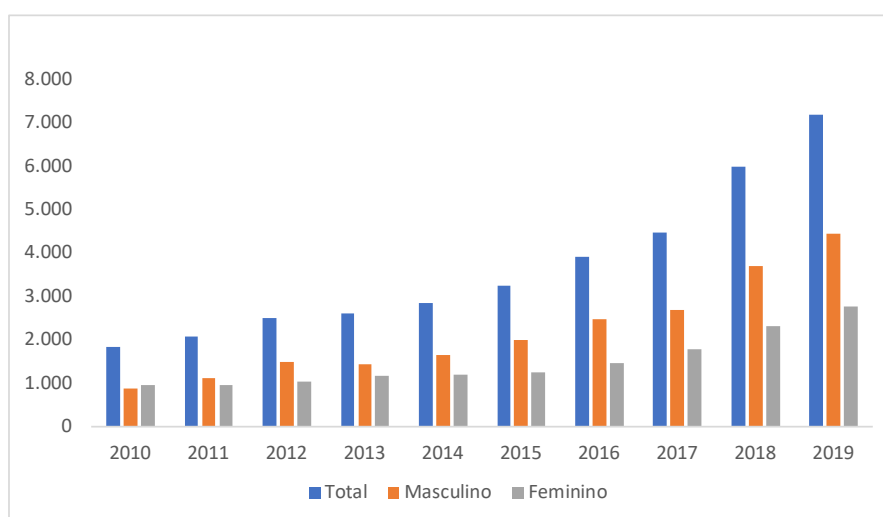
No tocante as migrações internacionais, no Brasil, observa-se que apesar de poucos imigrantes cursarem esse tipo de modalidade, houve um aumento na atual década. De 2010 a 2019 houve um crescimento contínuo de imigrantes nessa modalidade durante todos os anos, passando de 1.823 estudantes em

2010 a 7.189 em 2019, o que significou um aumento de 75% durante o período, conforme ilustrado no Gráfico 4.

De acordo com Tonhati e Macedo (2020), neste mesmo número, a distribuição de sexo entre imigrantes no Brasil é eminentemente masculinizada, em que as mulheres correspondem, em média, a um terço dos homens no mercado de trabalho formal⁵. Com relação a Educação de Jovens e Adultos essa proporção também se faz presente na série histórica analisada, com 30% de mulheres e 70% de homens nessa modalidade de ensino (Gráfico 4).

Igualmente, para ambos os sexos, nota-se um crescimento constante de imigrantes nessa modalidade durante a série histórica analisada. Os homens aumentaram a sua participação na Educação de Jovens e Adultos em 80% entre 2010 e 2019 e entre as mulheres houve um crescimento de 66%.

Gráfico 4. Número de alunos imigrantes na Educação de Jovens e Adultos, por sexo, segundo ano - Brasil, 2010 a 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2010 a 2019.

5 Para um recorte específico de gênero sobre a imigração no Brasil, ver o artigo de Tonhati e Macedo nesta edição.

Observando especificamente o último ano da série histórica, 2019, entre as nacionalidades que cursam essa modalidade de ensino (Tabela 8), mais da metade é formada por nacionais do Haiti (52,1%). Com exceção de Portugal e Angola, entre as dez principais nacionalidades, os estudantes na modalidade Educação de Jovens e Adultos são originários de países latino-americanos. Assim, em termos de origem nacional, a parcela de imigrantes que cursam a Educação de Jovens e Adultos é formada, predominantemente, por latino-americanos, com haitianos (52,1%), paraguaios (10,6%) e venezuelanos (7,2%) entre as três principais nacionalidades.

No quesito distribuição etária, para 2019, a faixa de 30 anos e mais (49,9%) compõe a maioria dos matriculados nesta modalidade em 2019. Logo estão os imigrantes com idades entre 18 a 29 anos (45,3%) que também não tiveram acesso ou não concluíram à Educação Básica e estão tendo a oportunidade de acessar a esse tipo de serviço no Brasil.

Tabela 8. Número de alunos imigrantes na Educação de Jovens e Adultos, por idade, segundo principais países de nacionalidade – Brasil, 2019.

País	Idade em anos						
	Total	Menos de 14	14 a 17	18 a 20	21 a 25	25 a 29	30 e mais
HAITI	3.751	0	41	160	661	797	2.092
PARAGUAI	769	0	69	119	186	129	266
VENEZUELA	522	5	67	91	82	61	216
BOLÍVIA	379	0	25	83	67	40	164
URUGUAI	245	0	15	45	53	33	99
ARGENTINA	160	0	8	40	30	16	66
PERU	119	0	16	11	14	7	71
ANGOLA	108	0	4	32	18	13	41
PORTUGAL	100	0	17	20	8	4	51
COLÔMBIA	78	0	7	20	14	11	26
OUTROS	958	0	64	167	133	94	500
Total	7.189	5	333	788	1.266	1.205	3.592

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

Em relação às dependências administrativas predominaram as esferas estadual (52,5%) e municipal (38,2%) como as maiores responsáveis pela oferta da Educação de Jovens e Adultos para imigrantes. De forma residual, também se constata imigrantes nas esferas privada (7,9%) e federal (1,2%). A nacionalidade haitiana, teve em termos relativos, destaque em todas as dependências administrativas (Tabela 9).

Tabela 9. Número de alunos imigrantes na Educação de Jovens e Adultos, por dependência administrativa, segundo principais países de nacionalidade – Brasil, 2019.

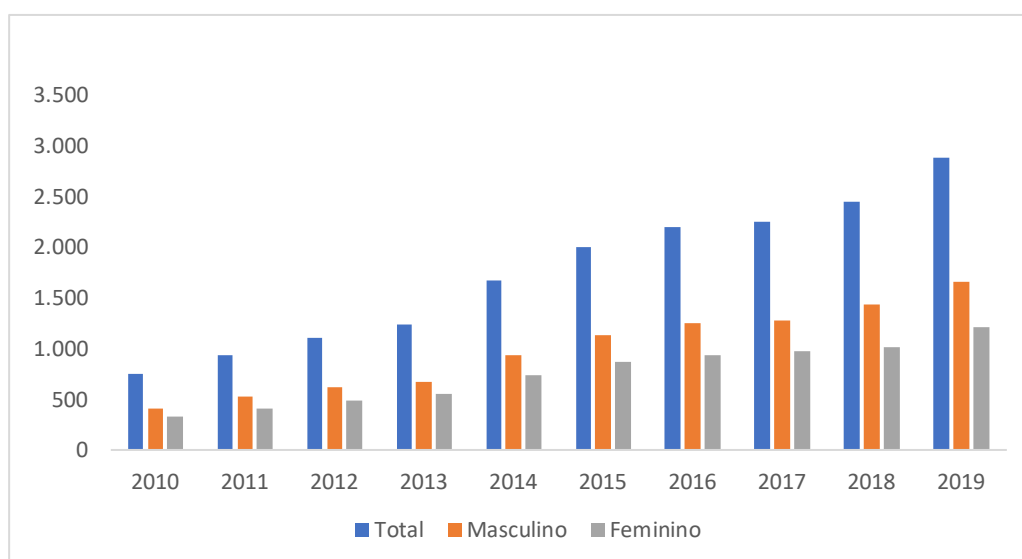
País	Dependência administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
HAITI	3.751	66	1.562	1.937	186
PARAGUAI	769	1	518	161	89
VENEZUELA	522	4	339	157	22
BOLÍVIA	379	4	288	71	16
URUGUAI	245	2	142	27	74
ARGENTINA	160	1	97	35	27
PERU	119	0	60	49	10
ANGOLA	108	1	76	21	10
PORTUGAL	100	1	59	26	14
COLÔMBIA	78	0	52	19	7
OUTROS	958	8	585	246	119
Total	7.189	88	3.778	2.749	574

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019

Ensino Técnico

Os cursos que visam à qualificação profissional são focados na formação de trabalhadores para o setor produtivo. Para este item do capítulo, os dados da modalidade Ensino Técnico foram tratados de forma agregada, a partir do Censo Escolar, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Durante os anos 2010-2019, o número de imigrantes que realizaram um curso técnico no Brasil foi de 17.521, desse total 56% eram homens e 44% mulheres. Nesta modalidade educativa, houve crescimento contínuo na atual década, passando de 754 imigrantes em 2010 a 2.887 em 2019, o que significou um crescimento de 74%. Em todos os anos da série, os homens foram em maior número do que as mulheres nessa modalidade, conforme ilustra o gráfico 5.

Gráfico 5. Número de alunos imigrantes no Curso Técnico, por sexo, segundo ano - Brasil, 2010 a 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2010 a 2019.

No último ano da série, 2019, constata-se que a faixa etária dos imigrantes que procuram esse tipo de oferta educativa é bem distribuída entre todos os grupos de idade dispostos na Tabela 10, sendo as faixas 18 a 24 anos (29,8%) e mais de 30 anos (29%) levemente superior às demais faixas. Com relação às nacionalidades, os haitianos lideram o ranking dos imigrantes. Entre as 10 nacionalidades de maior presença nesse tipo de ensino, estão os latino-americanos (haitianos, uruguaios, bolivianos, paraguaios, argentinos e peruanos), japoneses, guineenses e norte-americanos.

Tabela 10. Número de alunos imigrantes no Curso Técnico, por idade, segundo país de nacionalidade - Brasil, 2019.

País	Idade em anos				
	Total	Menos de 18	18 a 24	25 a 30	Mais de 30
HAITI	417	20	62	122	213
URUGUAI	326	74	143	43	66
BOLÍVIA	232	31	138	27	36
JAPÃO	202	102	89	3	8
PARAGUAI	198	57	68	32	41
NÃO ESPECIFICADO	179	58	41	38	42
ARGENTINA	142	26	34	20	62
GUINÉ BISSAU	139	0	22	67	50
ESTADOS UNIDOS	124	84	29	5	6
PERU	112	15	31	19	47
OUTROS	816	219	204	124	269
Total	2.887	686	861	500	840

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

A esfera administrativa com maior presença dos imigrantes nessa modalidade educacional em 2019 foi a esfera privada (42,6%), seguida por duas esferas que contam com números próximos: estadual (29,3%) e federal (26,8%). De forma residual, no Curso Técnico, encontra-se a esfera municipal (1,1%), conforme Tabela 11.

Tabela 11. Número de alunos imigrantes no curso Técnico, por esfera administrativa, segundo país de nacionalidade – Brasil, 2019.

País	Esfera administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
HAITI	417	71	176	4	166
URUGUAI	326	277	20	1	28
BOLÍVIA	232	20	93	8	111
JAPÃO	202	40	108	7	47
PARAGUAI	198	20	103	1	74
NÃO ESPECIFICADO	179	54	5	0	120
ARGENTINA	142	31	35	1	75
GUINÉ BISSAU	139	3	7	0	129
ESTADOS UNIDOS	124	61	31	0	32
PERU	112	22	34	3	53
OUTROS	816	176	236	7	397
Total	2.887	775	848	32	1.232

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Escolar, INEP, 2019.

ENEM E ENSINO SUPERIOR

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

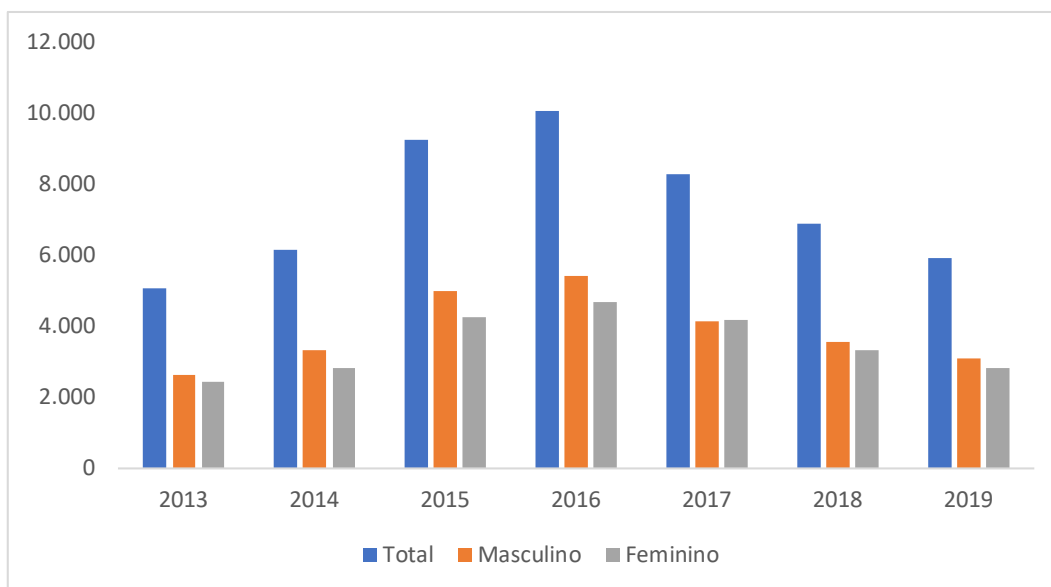
O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), realizado desde 1998 pelo INEP, avalia o desempenho escolar da educação básica e colabora para o acesso à educação superior, por meio do Sisu (Sistema de Seleção Unificada) e do Prouni (Programa Universidade para Todos). O ENEM também permite definir os alunos que terão acesso aos programas de financiamento e apoio estudantil, como por exemplo o programa do MEC de financiamento estudantil conhecido como Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), (INEP, 2020)

Outro ponto importante do ENEM é que, desde a sua criação, esse exame vem se consolidando como um instrumento de inclusão e acesso universal à educação superior, inclusive brindando oportunidades para que diversos segmentos da população possam fazer o ENEM. Qualquer pessoa que concluiu a educação básica pode prestar o exame. O ENEM pode ser realizado, por exemplo, em braile ou em caderno ampliado para cegos; com intérprete de libras para surdos e deficientes auditivos, com vídeo prova em libras. Além disso, há acesso especializado a gestantes e lactantes; apoio a idosos; possibilidade de utilizar nome social visando o reconhecimento da identidade de gênero; aplicação das provas para adultos privados de liberdade no sistema prisional e para jovens e

adolescentes que estão cumprindo medidas restritivas de liberdade no sistema socioeducativo. Finalmente, o ENEM além de garantir o acesso a Instituições de Ensino Superior nacionais, também pode ser usado no ingresso em universidades estrangeiras, como é o caso de convênios com instituições portuguesas (TV Escola, 2018).

Uma questão importante de ordem metodológica a ser observada é que a base de dados do ENEM não dispõe da variável nacionalidade, somente as categorias nacional e imigrante. Observando os dados da década, constata-se que a participação dos imigrantes prestando o ENEM teve uma tendência crescente entre 2013 e 2016 e declínio no período 2016 a 2019. De acordo com o Gráfico 1, ao todo, foram 51.651 imigrantes que prestaram o exame de 2013 a 2019, sendo 2016 o ano de maior participação, com um total de 10.078 imigrantes nesse ano.

Gráfico 6. Número de alunos imigrantes que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio, por sexo, segundo ano - Brasil, 2013 a 2019.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do ENEM, INEP, 2013 a 2019.

Ressaltando especificamente os números do último ano, em 2019, foram um total de 5.935 imigrantes, que prestaram o ENEM, tendo os homens 52 % de participação e as mulheres 48 %. No quesito distribuição etária, a maioria dos imigrantes que prestaram o exame no ano de 2019 tinham menos de 25 anos (68%) e, aproximadamente, um terço dos imigrantes que realizaram o ENEM estavam concentrado na faixa etária dos 25 anos ou mais (32%), conforme Tabela 12.

Tabela 12. Número de alunos imigrantes que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio, por sexo, segundo idade – Brasil, 2019.

Idade em anos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
Menos 17	378	149	229
17	901	370	531
18	978	446	532
19	579	268	311
20	333	159	174
21	248	124	124
22	224	98	126
23	195	99	96
24	177	105	72
25	167	107	60
Mais de 25	1.755	1.171	584
Total	5.935	3.096	2.839

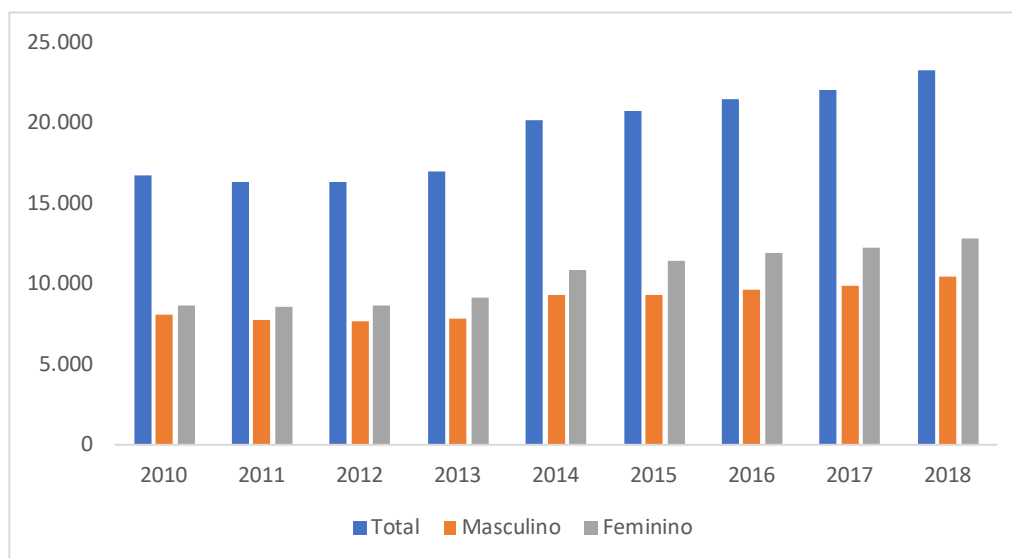
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do ENEM, INEP, 2019.

Ensino Superior

No âmbito do ensino superior, um total de 173.734 imigrantes estiveram matriculados nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. O crescimento foi contínuo durante todos os anos da série histórica analisada, passando de 16.695 em 2010 a 23.216 em 2018, o que significou um aumento de 30% (Gráfico 7).

Nas diferentes modalidades educativas para jovens e adultos, Ensino Técnico (nas suas diferentes vertentes) e Educação de Jovens e Adultos, o número de homens foi superior ao de mulheres em todos os cursos. No caso da Educação de Jovens e Adultos, a diferença chegou a ser de 70% de homens matriculados para 30% de mulheres. No entanto, na modalidade Ensino Superior as mulheres (54%) superam os homens (46%). Esse fator pode ser explicado pela presença expressiva de haitianos nas outras modalidades, cuja nacionalidade é caracterizada por ser formada, predominantemente, por homens (Tonhati e Macedo, 2020).

Gráfico 7. Número de alunos imigrantes no Ensino Superior, por sexo, segundo ano – Brasil, 2010 a 2018.



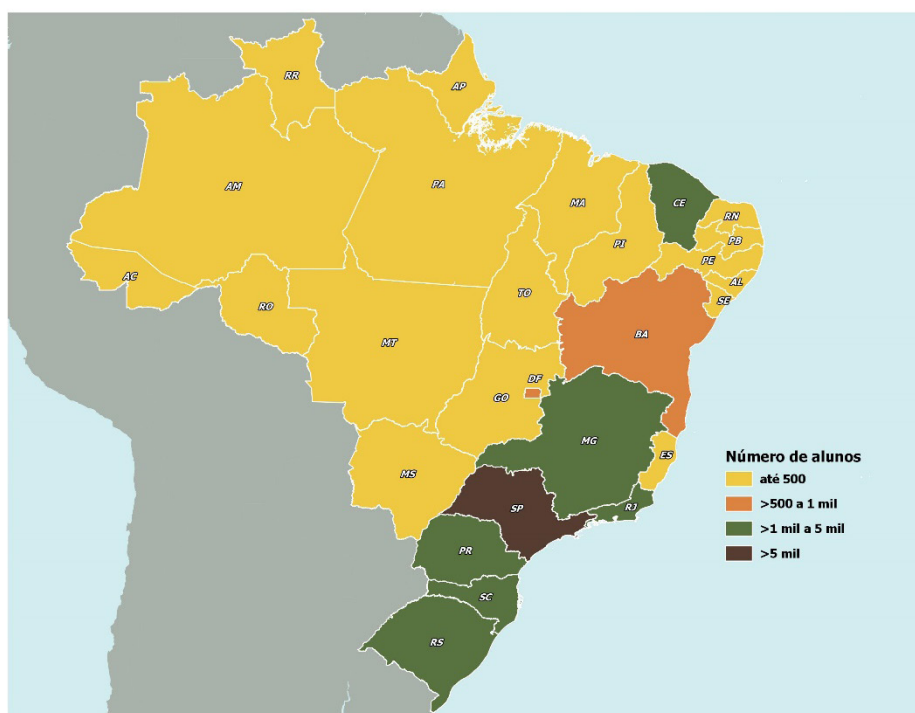
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Superior, INEP, 2010 a 2018.

No ano 2018, último ano da série histórica, outro fator que difere das outras modalidades de ensino destinadas a formação de jovens e adultos é a ausência de haitianos e venezuelanos entre as dez principais nacionalidades. Nesse sentido, há diversidade de origens, com representação africana, com Angola (10,7%), liderando o ranking de todas as nacionalidades em 2018, e também Guiné Bissau compondo outra nacionalidade africana entre o top 10. Da Ásia, japoneses (7,2%) ocupam a segunda colocação entre as dez primeiras nacionalidades. Da América-latina, Paraguai, Bolívia, Argentina, Peru e Colômbia são as nacionalidades com maior representação em 2018. Da Europa, o destaque é para Portugal e da América do Norte, os Estados Unidos.

A maior diversidade de origem nessa modalidade de ensino é influenciada por programas de mobilidade estudantil ou convênios bilaterais entre Instituições de Ensino Superior. Por exemplo, dois projetos de Universidades Federais no Brasil têm como foco promover a integração com outros países. Uma é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), no Ceará, focada na integração com os países de língua portuguesa da África e Timor Leste, e que reserva 50% das vagas de ingresso para discentes da África e da Ásia (países de língua portuguesa) e o restante das vagas são para brasileiros. Só esta universidade conta com parcerias com os seguintes países: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (Silva et. al., 2015).

programas de cooperação e ações bilaterais entre Instituições de Ensino Superior (IES). São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Ceará, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, juntos reuniram 66,7% dos matriculados. Ceará com a presença da Unilab e Paraná com a Unila, possuem universidades específicas na atração de estudantes africanos e latino-americanos, respectivamente, além de outras universidades com tradição em cooperação internacional nesses Estados, como a Universidade Federal do Ceará (UFCE) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). As outras UFs que lideram o ranking dos matriculados, contam com um conjunto de universidades com inúmeros convênios bilaterais e programas específicos de cooperação internacional. Portanto, a matrícula dos discentes nas UFs de destino, explica-se mais pela mobilidade estudantil que por imigrantes e refugiados residentes no país.

Mapa 8. Número de alunos imigrantes no Ensino Superior, segundo Unidade da Federação onde estuda - Brasil, 2018.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Superior, INEP, 2018.

No quesito faixa etária, entre todas as nacionalidades presentes na modalidade Ensino Superior, observa-se um equilíbrio entre os imigrantes que tem 25 anos ou mais (50,2%) e os que tem menos de 25 anos (49,8%), conforme ilustrado na Tabela 13.

Tabela 13. Número de alunos imigrantes no Ensino Superior por idade, segundo principais países de Nacionalidade – Brasil, 2018.

País	Idade em anos											
	Total	Menos de 17	17	18	19	20	21	22	23	24	25	Mais de 25
ANGOLA	2.504	0	1	17	47	75	151	222	247	318	269	1.157
JAPÃO	1.667	2	6	118	249	305	279	206	174	109	74	145
PARAGUAI	1.480	0	1	26	120	183	222	191	171	92	95	379
BOLÍVIA	1.363	0	4	63	123	122	141	159	116	84	73	478
ARGENTINA	1.271	0	3	33	65	81	82	101	93	57	46	710
GUINÉ BISSAU	1.268	0	0	0	12	24	60	71	115	112	143	731
PERU	1.175	0	5	30	57	78	91	77	62	61	67	647
PORTUGAL	909	0	2	23	52	52	65	54	47	45	45	517
ESTADOS UNIDOS	844	0	4	62	100	77	82	122	91	68	44	194
COLÔMBIA	762	0	1	16	38	48	78	61	67	60	48	345
OUTROS	9.973	0	14	206	461	590	770	805	906	754	640	4.827
Total	23.216	2	41	594	1.324	1.635	2.008	2.080	2.096	1.762	1.544	10.130

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Superior, INEP, 2018.

Os cursos de administração, direito, engenharia civil, pedagogia, ciências contábeis, arquitetura e urbanismo, medicina, enfermagem e psicologia estão entre os cursos que tiveram mais de 500 alunos imigrantes em 2018. Administração liderou o ranking com 1.626 alunos, seguido por direito com 1.163 e engenharia civil com 888 estudantes imigrantes. Destaca-se que em alguns cursos, tradicionalmente com maior presença de homens entre os estudantes brasileiros, essa tendência se inverte de forma considerável para a população imigrante.

Nos seguintes cursos, historicamente com maior participação dos homens no Brasil, a proporção de mulheres imigrantes sobre o total dos alunos imigrantes matriculados no curso em 2018 é a seguinte: análise e desenvolvimento de sistemas (83%), engenharia mecânica (91%), teologia (87%), ciência da computação (88%) engenharia elétrica (86%). Por outro lado, cursos que são majoritariamente feminizados no Brasil, tiveram participação expressiva de homens imigrantes: pedagogia (77%), enfermagem (75%) e psicologia (76%), conforme Tabela 14. É necessário seguir pesquisando esse aspecto do gênero para saber se estamos diante de uma questão conjuntural do ano de 2018 que foi influenciado por convênios ou programas específicos ou se estamos diante de uma tendência da população imigrante que tem peculiaridades próprias.

Tabela 14. Número de alunos imigrantes no Ensino Superior, por sexo, segundo tipo de curso – Brasil, 2018.

Tipo de curso	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
ADMINISTRAÇÃO	1.626	737	889
DIREITO	1.136	592	544
ENGENHARIA CIVIL	888	201	687
PEDAGOGIA	759	586	173
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	702	357	345
ARQUITETURA E URBANISMO	695	388	307
MEDICINA	645	367	278
ENFERMAGEM	607	461	146
PSICOLOGIA	514	391	123
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	458	76	382
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	404	193	211
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	403	118	285
ENGENHARIA MECÂNICA	394	35	359
EDUCAÇÃO FÍSICA	380	105	275
TEOLOGIA	375	48	327
ODONTOLOGIA	362	241	121
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	338	38	300
FISIOTERAPIA	332	243	89
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	319	107	212
ENGENHARIA ELÉTRICA	311	43	268
OUTROS CURSOS	11.568	5.123	6.445
Total	23.216	10.450	12.766

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Superior, INEP, 2018.

No ano de 2018, a dependência administrativa dos alunos imigrantes matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES) esteve concentrada (91,5%) em três esferas administrativas: Federal (31,5%), Privada com fins lucrativos (31,1%) e Privada sem fins lucrativos (28,9%). Completam o número de matrículas dos alunos imigrantes nas IES, a Esfera estadual (7,7%) e de forma residual estão as esferas Municipal e Especial, conforme Tabela 15.

Tabela 15. Número de alunos imigrantes no Ensino Superior, por dependência administrativa, segundo país de nacionalidade – Brasil, 2018.

País	Dependência administrativa						
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada com fins lucrativos	Privada sem fins lucrativos	Especial
ANGOLA	2.504	485	62	24	922	1.011	0
JAPÃO	1.667	313	348	17	491	497	1
PARAGUAI	1.480	680	85	5	351	359	0
BOLÍVIA	1.363	241	78	4	453	587	0
ARGENTINA	1.271	267	83	10	511	400	0
GUINÉ BISSAU	1.268	978	30	22	147	91	0
PERU	1.175	308	91	4	438	332	2
PORTUGAL	909	197	59	5	376	271	1
ESTADOS UNIDOS	844	171	72	6	211	383	1
COLÔMBIA	762	337	55	3	218	149	0
OUTROS	9.973	3.337	830	56	3.108	2.639	3
Total	23.216	7.314	1.793	156	7.226	6.719	8

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Censo Superior, INEP, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, apesar de exploratório, possibilitou identificar que, em relação ao acesso à educação básica, no ano de 2019, se considerados estudantes regularizados no país com *status* de imigrantes permanentes, temporários, fronteiriços, refugiados e solicitantes de refúgio, no ensino infantil, um volume importante de crianças ainda está fora de creches e pré-escolas (55,6%), proporção ligeiramente menor se comparadas às crianças brasileiras. Não obstante esse aspecto, o número de crianças não atendidas cria fortes obstáculos ao acesso dos responsáveis ao mercado de trabalho, dado que os mesmos necessitam se dedicar em parte ou em todo tempo aos cuidados desses meninos e meninas, sejam esses responsáveis brasileiros ou imigrantes.

Por outro lado, no ensino fundamental o número de matrículas é bastante superior ao de crianças e jovens, entre 06 e 14 anos, regularmente registradas. Esse resultado pode estar associado a dois aspectos principais: o primeiro diz respeito ao lapso de tempo entre a concessão da residência/refúgio e o efetivo registro junto à Polícia Federal. Nesses casos, os responsáveis de posse dos protocolos referentes aos processos de regularização estariam habilitados a matricular suas crianças na rede de ensino, mesmo antes de obterem o visto de residência; o segundo aspecto pode estar relacionado aos alunos imigrantes residentes nas regiões de fronteiras que, mesmo sem registro regular de fronteiriços, frequentam escolas no lado brasileiro, o que é bastante comum nas cidades limítrofes com Bolívia e Paraguai.

No tocante ao ensino médio, existe um maior equilíbrio, com o volume de matrículas sendo apenas ligeiramente maior que o número de jovens imigrantes regularizados no país. Essa primeira aproximação sugere que o gargalo ao acesso estaria na primeira etapa da educação básica, sendo necessário que fossem criadas condições que proporcionassem vagas em creches e na pré-escola às crianças imigrantes. Problema, como já demonstrado, também atinge as crianças brasileiras.

Ainda no que concerne à educação básica, alguns outros achados se mostraram bem relevantes. O primeiro deles é a forte associação entre as principais nacionalidades dos alunos e as principais correntes migratórias que aportaram ao país na última década. O destaque, obviamente, fica com venezuelanos e haitianos, devendo-se ressaltar também a marcante presença de estudantes bolivianos, paraguaios, argentinos e colombianos. O segundo ponto a chamar atenção esteve relacionado à opção pelo tipo de estabelecimento de ensino. Estadunidenses, japoneses e franceses, via de regra, privilegiaram matricular seus filhos na rede privada. A exceção entre os países desenvolvidos foram os portugueses que, em grande medida, frequentavam as escolas públicas. O terceiro aspecto dizia respeito à defasagem escolar. No ensino infantil 25,0% das crianças imigrantes tinham mais de 5 anos de idade, enquanto entre as brasileiras esse percentual foi de 18,7%. Comportamento oposto ocorreu no ensino fundamental, no qual 9,2% dos alunos imigrantes tinham mais de 14 anos de idade, ao passo que entre os brasileiros a proporção era de 11,8%. Da mesma forma, no ensino médio, 27,3% dos jovens imigrantes possuía mais de 17 anos, enquanto entre os de brasileiros a defasagem idade-série observada foi de 31,2%.

De um modo geral, os dados sobre o acesso à educação básica, por mais paradoxal que possa parecer, exceto pelo ensino infantil, apontam que, em números relativos, os imigrantes têm um volume maior de matrículas, sugerindo que apesar de todas as dificuldades a inserção no ensino regular é mais satisfatória do que quando comparados à situação de crianças e jovens brasileiros.

Por outro lado, no tocante aos aspectos da educação formal destinadas a jovens e adultos, todas as modalidades (Educação de Jovens e Adultos, Ensino Técnico, ENEM e Ensino Superior) apresentaram um aumento contínuo de presença de alunos imigrantes durante as séries históricas, com exceção da participação no ENEM que apresentou oscilações na participação dos imigrantes.

Entre as diferentes modalidades educativas destinadas a jovens e adultos, há diferenças significativas das nacionalidades dos imigrantes entre os cursos Educação de Jovens e Adultos e Ensino Técnico com a modalidade Ensino Superior. Nas duas primeiras, predominaram entre as dez primeiras nacionalidades os latino-americanos, com os haitianos liderando o número de matrículas. Além disso, o número de homens foi superior ao de mulheres. No caso da Educação de Jovens e Adultos, por exemplo, a diferença chegou a ser de

70% de homens matriculados para 30% de mulheres.

No entanto, já na modalidade Ensino Superior, há diferenças significativas com respeito a Educação de Jovens e Adultos e Ensino Técnico, tanto no quesito nacionalidade, quanto na distribuição por sexo. Na modalidade de Ensino Superior, as mulheres (54%) superam os homens (46%). Esse fator pode ser explicado pela diversificação das nacionalidades matriculadas nas Instituições de Ensino Superior (IES). Se nas outras modalidades há uma forte presença dos haitianos, cuja nacionalidade é caracterizada por ser formada, predominantemente, por homens no Brasil, já no Ensino Superior há mais diversidade de origens nacionais com representação africana (Angola e Guiné Bissau), asiática (japoneses) latino-americana (Paraguai, Bolívia, Argentina, Peru e Colômbia), europeia (Portugal) e da América do Norte (Estados Unidos).

Esse maior espalhamento geográfico em termos de origem nacional, na modalidade Ensino Superior, deve-se principalmente a programas de cooperação internacional, parcerias institucionais e convênios bilaterais entre as Instituições de Ensino Superior. Assim essas parcerias e projetos, que resultam na mobilidade estudantil, são determinantes para explicar a diversidade de origens nacionais dos imigrantes matriculados no Ensino Superior. Haitianos e venezuelanos, as duas principais nacionalidades em termos numéricos no país, não figuram entre as dez principais nacionalidades nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. Se os projetos de cooperação internacional e convênios bilaterais garantem o acesso de estudantes estrangeiros em Faculdades, Universidades, Centros Universitários e Institutos Federais do país, é imperativo a criação de políticas migratórias no campo educativo que garantam também o acesso de imigrantes e refugiados residentes no país ao Ensino Superior.

Em suma, com este capítulo, a partir de um estudo transversal dos dados do Censos Escolar, do Nível Superior e do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, conduzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o OBMigra procura ampliar as suas análises, contemplando também os aspectos relacionados ao acesso aos serviços públicos por parte da população migrante. Reconhecemos que educação e migração trata-se de um campo de estudos que, dada a sua complexidade (e mais ainda no campo migratório), exige pesquisas com dados quantitativos como aqui realizou-se, mas também a combinação de metodologia de pesquisa multimétodo, que combine tanto técnicas quantitativas, quanto qualitativas a fim de contar com mais ferramentas teórico-metodológicas, que permitam interpretar as diferentes nuances do acesso aos serviços públicos por parte da população migrante e refugiada. Essa é uma jornada de pesquisa que o OBMigra pretende realizar para que seja possível mapear o acesso, as dificuldades e as políticas públicas destinadas a esse público no campo educativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2017) Lei nº 13.445, 24 de maio de 2017. Obtido em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em 17/05/2020.

_____ (2009) Lei nº 12.961, de 27 de outubro de 2009. Obtido em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12061.htm. Acesso em: 04/10/2020.

_____ (2009) Decreto nº 6.975, de 7 de outubro de 2009. Obtido em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.975%2C%20DE%207,6%20de%20dezembro%20de%202002. Acesso em: 22/06/2020.

_____ (1996) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Obtido em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.975%2C%20DE%207,6%20de%20dezembro%20de%202002. Acesso em: 22/06/2020. Acesso em: 02/10/2020.

DI PIERRO, Maria Clara. *Os desafios para garantir a Educação de Jovens e Adultos*. Nova Escola: Gestão Escolar. Obtido em <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/114/os-desafios-para-garantir-a-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 02/10/2020.

EDUCAMAISSBRASIL Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/como-e-formada-a-educacao-basica-brasileira>. Acesso em: 02/10/2020.

IBGE, *Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060*, Revisão 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em 23/08/2020.

INEP (2019) Censo Escolar de 2019. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Obtido em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 04/10/2020.

_____ (2018) Censo Educação Superior de 2018. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 04/10/2020.

INEP, Histórico do ENEM. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <http://inep.gov.br/enem/historico>. Acesso em: 04/10/2020.

MUSSE, Isabel, MACHADO, Ana Flavia (2013) *Perfil dos indivíduos que cursam educação profissional no Brasil*. Economia e Sociedade, vol.22 no.1 Campinas Apr.

OBMIGRA, *Relatórios anuais. Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 22/10/2020.

OLIVEIRA, Tadeu (2020) A transição na legislação migratória: o período 1980-2019. Em: Cavalcanti, Leonardo; Oliveira, Tadeu; Macedo, Marília, *Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra.

POLITIZE (2017) *Organização da educação no Brasil: saiba tudo!* Disponível em: [https://www.politize.com.br/organizacao-da-educacao-no-brasil/#:~:text=A%20Lei%20de%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20\(LDB,a%20Carta%20Magna%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.&text=Sua%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20de%20compet%C3%Aancia,a%20legislar%20sobre%20o%20assunto](https://www.politize.com.br/organizacao-da-educacao-no-brasil/#:~:text=A%20Lei%20de%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20(LDB,a%20Carta%20Magna%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.&text=Sua%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20de%20compet%C3%Aancia,a%20legislar%20sobre%20o%20assunto). Acesso em: 02/10/2020.

SILVA, Neide, SILVA, Maria Lúcia, BOCCHINI, Daniel (2015) *Internacionalização e Interiorização da Universidade Pública*. Revista Brasileira de Educação e Cultura. Número XI, Páginas 65-78 Jan-jun.

TEIXERA, Flavia, OLIVEIRA, Tadeu (2017) (Des)Informações em saúde: registros sobre adoecimento/cuidado/ morte de migrantes no Brasil. In Carmem Lussi (Org.) *Migrações internacionais. Abordagens de direitos humanos*. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017, p 251-266.

TV ESCOLA. *Enem 20 anos: um Exame do tamanho do Brasil*. Documentário. TV Escola. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GDIgjjEABlg&list=PLjz5Kd6rxbE4BnouwgST5sqyTHBI3ypJI&index=1> Acesso em: 04/10/2020, TV ESCOLA, 2018

UNILA. *Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Selección Internacional* Disponível em <https://portal.unila.edu.br/ingresso/internacional/preguntas-frecuentes-2013-seleccion-internacional-2020>. Acesso em: 14/10/2020, Unila, 2020